

# O pantanal da dívida e as sugestões de Brady

do Financial Times (\*)

Crédito seja dado a Nicholas Brady, secretário do Tesouro americano: ele se aventurou por uma senda em que os anjos teriam medo de avançar. Mas alguém devia tê-lo lembrado de que até homens da perspicácia de um James Baker, ex-secretário do Tesouro, já surgiram com planos posteriormente abortados para caminhar no pântano da dívida externa. Com isso em mente, seria de esperar que Brady se assegurasse da cuidadosa ponderação de qualquer idéia nova nesse campo, que evitasse temeridades e que, principalmente, tivesse o apoio do presidente George Bush.

Infelizmente, as "sugestões" apresentadas na última sexta-feira carecem de qualquer desses requisitos. O fato de as propostas terem recebido respaldo do governo japonês, mas não do presidente dos EUA, talvez signifique algo em termos de mudança de prioridades no Tesouro americano. No conjunto, elas nos dão a idéia de uma admi-

nistração para a qual as boas intenções funcionam como substituto dos recursos financeiros. Acima de tudo, existe agora o perigo de que as negociações sobre a dívida externa, ora em curso, acabem saindo dos trilhos e que não sobre em seu lugar nada de concreto.

O problema da ajuda aos países endividados é intratável. Fez-se algum progresso nesse campo, mas principalmente no que concerne a escorar os bancos comerciais. Mas, como salienta Brady, muitos países em desenvolvimento não têm condições nem de obter a confiança nem de conseguir a obediência de seus cidadãos mais prósperos. Assim, acredita-se que os capitais em fuga dos cidadãos dos quinze países endividados citados por Baker somem muito mais que a metade da dívida externa desses países. Seja lá como for, o afluxo de recursos para os países endividados não tem sido suficiente para garantir um crescimento razoável ou mesmo estabilidade política, conforme foi recentemente demons-

trado nas ruas de Caracas.

Participação oficial. Qual deveria ser o objetivo dos países industrializados? Além da estabilidade do sistema financeiro, esse objetivo é, sem dúvida, o de facilitar a emergência de países estáveis, democráticos e de economia de mercado.

A dificuldade está em determinar a natureza do envolvimento oficial que isso requer. A redução da dívida, por exemplo, é algo perigoso. O risco moral é principalmente recompensar os países menos bem administrados. A redução da dívida inevitavelmente entrará em rota de colisão com o fornecimento de mais dinheiro por parte dos bancos internacionais. E, finalmente, o perdão da dívida será contagioso entre os países endividados e, dentro deles, multiplicativo.

Daí a importância de minimizar, como princípio geral, o apoio oficial à redução da dívida externa (além de incentivar o realismo nas contas dos bancos comerciais). Melhor tratamento é empregar a

redução da dívida como forma de aumentar o fluxo líquido de recursos para os países que estejam desenvolvendo programas ambiciosos de ajuste. Se um país se mostrou capaz de passar das palavras à ação na implementação dessas políticas, parece justo que se passe das palavras à ação na reestruturação da dívida também.

Papel decisivo. O FMI e o Banco Mundial desempenharão um papel decisivo, conforme Brady salientou muito acertadamente. A idéia nova, por parte de Brady, é que essas instituições poderiam dar suporte financeiro direto à redução da dívida externa, talvez mediante garantia dos juros. Vale lembrar os perigos implícitos nessa sugestão.

O Banco Mundial, por exemplo, tem outros clientes que não merecem perder o acesso a seus escassos recursos, por terem sido pobres demais ou bem administrados demais para se deixarem apanhar na rateira da dívida externa. E há ainda o risco de as organizações internacionais

não contarem com recursos suficientes para resolver o problema, sendo porém coagidas a se comprometer demais, no intuito de preservar-se.

A melhor abordagem talvez fosse a criação de um novo organismo mundial para oferecer garantias, dentro do Banco Mundial, mas separado de suas contas gerais e com espaço limitado de atuação no tempo. Aí, os recursos poderiam ser empregados em conjunto com um programa reforçado de empréstimos para ajustamento estrutural destinado a países cuidadosamente selecionados.

Tudo isso vai exigir dinheiro, se se quiser alcançar algo substancial. E, a menos que os países industrializados reconheçam a dimensão do apoio oficial necessário para garantir um ajustamento interno bem-sucedido nos países endividados, talvez não haja um caminho possível no atoleiro da dívida externa.

(\*) Editorial principal do jornal londrino, publicado ontem, dia 13.